

TERMO DE REFERÊNCIA

0007/2024/GAESP/DT

AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE PARA MANUTENÇÃO DE VIA PERMANENTE

COORDENAÇÃO OPERACIONAL - IMPLANTAÇÃO -COIMP

GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS - GAESP

DIRETORIA TÉCNICA



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	4
2. OBJETO	4
3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	5
4. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	8
Responsabilidades da CONTRATADA:	8
Responsabilidades da CONTRATANTE:	11
5. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	12
6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	12
7. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO	13
8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	13
9. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO E COOPERATIVAS	13
10. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA DOS SERVIÇOS	14
11. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	17
12. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	18
13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	18
14. MATRIZ DE RISCOS	19
15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	19
16. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	20
17. DISPOSIÇÕES GERAIS	20
18. LISTA DE ANEXOS	21
19. ASSINATURAS	21



TERMO DE REFERÊNCIA 2024

Nº 007/2024/GAESP/DT

COORDENAÇÃO OPERACIONAL - IMPLANTAÇÃO - COIMP

GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS - GAESP

DIRETORIA TÉCNICA

Aquisição de 01 (um) Caminhão Basculante - 6x4 para manutenção de via permanente e entrega no Centro de Manutenção de Cavaleiro - Jaboatão dos Guararapes - PE - STU/REC

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) tem a missão de promover o serviço de transporte sobre trilhos na Região Metropolitana do Recife, sendo assim, se faz necessário diversas atividades da nossa manutenção, é fundamental a presença de um caminhão basculante - 6x4 para a realização de atividades de manutenção de via permanente que atendam as linhas Elétrica e Diesel.
- 1.2. Esta demanda surgiu pela necessidade de renovação de frota de caminhões rodoviários da Superintendência de Trens Urbanos do Recife, além de otimizar, de forma essencial, o processo de deslocamento de materiais como pedra britada para reposição de lastro colmatado, solo para correções de fuga de material carregado pela ação das chuvas, resíduos provenientes da manutenção de canaletas do sistema de drenagem, entre outras aplicabilidades no transporte de material para a realização da manutenção das linhas Elétricas e Diesel da CBTU/STU-REC.
- 1.3. O objeto do presente Termo de Referência é essencial para que a CBTU incremente as manutenções de via permanente com agilidade, produtividade e segurança no deslocamento de insumos para as ações supracitadas, sendo assim, o objeto da contratação proposta neste TR, trará maior confiabilidade e conforto para os usuários do sistema da STU/REC, bem como garantirá melhor qualidade da circulação dos trens.
- 1.4. O objeto deste TR é aderente aos planos da CBTU, conforme sua missão de promover e prover a mobilidade urbana por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades.

2. OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto a aquisição de 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE - 6X4, novo, fabricado de acordo com todas as atuais normas brasileiras para o trânsito, tanto rodoviário quanto ferroviário.
- 2.2. O objeto destina-se às atividades de manutenção de Via Permanente; A aquisição em pauta destina-se à Superintendência de Trens Urbanos de Recife da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU/STU-REC, devendo a aquisição ser feita com única entrega.

- 2.3. Conforme o Estudo Técnico Preliminar nº 007-2024 COIMP/GAESP/DT, e considerando a natureza da contratação pretendida, o objeto pode ser caracterizado como **BEM COMUM**, nos termos do art. 113 do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º.
- 2.4. Será adotado o Pregão Eletrônico, será observado, obrigatoriamente, conforme a Seção IV, em especial o Artigo 113 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC CBTU.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 3.1. Indicaremos a seguir as Especificações do Objeto para nortear o referido fornecimento, uniformizando as propostas apresentadas e permitindo desta forma uma análise mais criteriosa das mesmas.
- 3.2. A Contratada deverá observar integralmente as especificações do objeto supracitadas neste Termo de Referência.
- 3.3. Deverão ser observadas todas as atuais normas brasileiras para o trânsito, tanto rodoviário quanto ferroviário, para que o veículo em questão cumpra seu propósito com segurança e eficiência.
- 3.4. Deverão ser atendidas as Normas Regulamentadoras de Segurança – NR – em vigor no Brasil e a legislação de Meio Ambiente (Lei 6.938/81).
- 3.5. Deverão ser observados a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC- da CBTU.
- 3.6. O objeto deste TR, o Caminhão Basculante - 6x4, deve estar isento de defeitos ou falhas de qualquer espécie quando da data de sua entrega à Contratante.
- 3.7. O caminhão Rodoviário a ser usado neste objeto é comumente conhecido por 6x4, contendo 6 rodas, 4 delas de tração, zero Km que deve ter as seguintes características:

Motor: 6 cilindros , Cilindrada mínima de 6.871cm³ e Potência mínima de 270 cv@2.500rpm,
Sistema de injeção eletrônica - Common Rail ;

Combustível: Óleo Diesel;

Transmissão com no mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré



Direção Hidráulica integral ou superior, com redução variável.

Cabine Simples: Para transportar, no mínimo 02 pessoas, com cintos de 03 pontos para todos os ocupantes, com escadas de acesso, 02 portas.

Acessórios: ar condicionado, vidros e travas elétricas

Alarme sonoro de marcha ré

Tração: 6x4;

Distância mínima entre eixos: 4.600 mm;

Comprimento total máximo: 9800 mm;

Peso Bruto Total (PBT): 23.000 kg;

Ângulo mínimo de Entrada: 21,5°;

Ângulo mínimo de Saída: 40°;

Rodas de Aço com Dimensões 7.5" x 22.5"";

Pneus 295/80R22.5 c/ Pneus sobressalente (step) (fixados na estrutura do caminhão).

- 3.8. Caçamba Basculante: capacidade mín. de 10m³, aço de constituição: SAE 1020 – ASTM A-36 ou SAC 350, laterais, tampa traseira, parte frontal e fundo c/ espessura de 1/4", c/reforço externo da caçamba confeccionado em chapas de aço dobradas em perfil "U";
- 3.9. Estrutura: anteparos (para-barros) confeccionado em chapas de aço, para-choque traseiro em estrutura reforçada, com protetor lateral em alumínio para ciclista; com para-choques, faixas reflexivas e demais dispositivos de segurança em conformidade com a legislação de trânsito e as resoluções CONTRAN, incluindo os sistemas de segurança exigidos pela Resolução N° 859/2021.
- 3.10. Sistema de rádio: rádio uhf/vhf, ref.: dgm-5500, motorola ou similar em qualidade, com cabeamento coaxial e antena compatível.
- 3.11. Sistema Hidráulico: Bomba hidráulica, acionada por tomada de força;



reservatório de óleo hidráulico equipado com filtro substituível, visor de nível, chicanas, tampa de abastecimento com filtro de ar; acionamento pneumático na cabine do veículo; levantamento da caçamba por meio de 2 (dois) cilindros de ação indireta atuando em mancais fixos a um braço de acionamento articulado, elevando a caixa através de duas hastes; mangueiras hidráulicas de alta pressão, equipadas com terminais prensados, tubos em aço sem costura trefilados.

- 3.12. Demais itens: Pintura de acabamento a base de poliuretano (PU) e aplicação de fundo anticorrosivo; Com porta estepe, caixa de ferramentas, corote d'água, escada lateral e protetor de cabine.
- 3.13. **Contatos telefônicos para tratativas:** Diogo Morais (81-98829-4851), Diogo Antônio (81-99298-5826) e Victor Lucas (81- 989105675).
- 3.14. **Da execução do serviço:** Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as providências a serem tomadas para o fornecimento do veículo tal como a execução de serviços de instalação e adaptação do mesmo seguindo todas as especificações constantes no item anterior deste Termo de Referência, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais. **O veículo deverá ser entregue no local definido pela CONTRATANTE, no seguinte endereço:** Centro de Manutenção de Cavaleiro(CMC) da CBTU-STU/RECIFE, situado na Rua São José, Nº 860, Bairro de Cavaleiro, Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco (CEP 54.210-570).
- 3.15. **Horário para recebimento:** A entrega poderá ser feita no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Caso seja de interesse da CONTRATADA, poderá ser feito contato prévio através dos telefones (81) 3972-8972 e 3972-8919 para agendamento da entrega.
- 3.16. É importante ressaltar que o veículo de serviço não poderá sofrer quaisquer tipos de avarias, supressões e/ou outros danos que inviabilizam sua plena capacidade operacional no processo de entrega.

- 3.17. Serviço de Treinamento:** Deverão ser ministrados treinamentos com teoria e prática, para as equipes da CBTU, de teor teóricos e práticos, voltados para operação e manutenção do equipamento, prazo de 30 dias após o recebimento do objeto do contrato.

4. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Responsabilidades da CONTRATADA:

- 4.1. Nenhuma alteração poderá ser feita pela CONTRATADA aos termos e unidades adotadas neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga do objeto deste TR, como também as condições existentes nos locais de entrega.
- 4.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto.
- 4.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia.
- 4.4. A CONTRATADA deve apresentar a ART, referente ao projeto em questão, bem como Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT), consoante com a portaria 190/2009 do Denatran, além do Certificado de Capacitação Técnica (CCT), de acordo com a portaria 153/2022 do Inmetro, haja vista complexidade de implementação do veículo.
- 4.5. A CONTRATADA, no ato da entrega, deve garantir as devidas condições para que o veículo esteja devidamente emplacado, conforme Resolução 04/1998 do Contran, com redação dada pelas Resoluções 554/2015 e 698/2017 do Contran.
- 4.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e Art. 76 da Lei 13.303, de 2016.

- 4.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 4.8. Ministrando treinamento operacional e de manutenção do equipamento aos colaboradores a serem definidos pela CONTRATANTE.
- 4.9. A CONTRATADA deverá fornecer toda documentação referente ao equipamento, tais como: manuais de operação, manuais de manutenção, catálogo de peças, devendo nestes conter: procedimentos de operação; procedimentos de manutenção; esquema elétricos, hidráulicos e pneumáticos.
- 4.10. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade.
- 4.11. Manter, durante o fornecimento do objeto e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 4.12. Fornecer o objeto desta contratação dentro dos melhores padrões de qualidade seguindo as especificações contidas neste TR e os normativos aplicados à fabricação do objeto do Instrumento Contratual.
- 4.13. Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE concernentes ao fornecimento e execução do objeto.
- 4.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações relacionadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- 4.15. Todas as despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, INSS, e outras que incidirem sobre o fornecimento, equipamentos e pessoal, serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- 4.16. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a indenização de quaisquer acidente de trabalho resultante de execução dos serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos



serviços executados, até a aceitação definitiva dos mesmos, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

- 4.17. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 4.18. A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.19. Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela CBTU.
- 4.20. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia dos mesmos ao Gestor do Contrato:
- 4.21. Código de Ética:
- 4.22. <https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;
- 4.23. Código de Conduta e Integridade:
- 4.24. https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf;
- 4.25. Política de Transações com Partes Relacionadas:
- 4.26. https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.
- 4.27. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.
- 4.28. A contratada deverá observar os itens referentes às obrigações da contratada que constam no Edital.

Responsabilidades da CONTRATANTE:

- 4.29. Exercer ampla fiscalização durante o fornecimento, devendo a mesma ou qualquer preposto por ela autorizado ter acesso às instalações da CONTRATADA a qualquer tempo.
- 4.30. Fiscalizar a execução do contrato de acordo com o especificado e notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na fabricação, transporte e entrega do material.
- 4.31. Promover através de seu representante (FISCAL-CBTU e GESTOR-CBTU) o acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 4.32. Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 4.33. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados, e/ou corrigidos.
- 4.34. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto desta contratação, nos prazos e formas estabelecidos neste TR e seus anexos.
- 4.35. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.
- 4.36. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.
- 4.37. A CONTRATANTE deve comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer alteração em relação à mudança do endereço de entrega.
- 4.38. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As sanções administrativas aplicadas após regular processo administrativo, em decorrência de atos praticados durante a fase externa da licitação ou na execução do contrato, estão previstas no Edital e no Instrumento Contratual, observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares.
- 4.39. A CONTRATANTE deverá aprovar a Certificadora apresentada pela CONTRATADA.

- 4.40. Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação.
- 4.41. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.

5. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O fornecimento do CAMINHÃO CAMINHÃO BASCULANTE - 6X4, especificado no item 3 deste TR, deverá ser entregue conforme cronograma abaixo: (O DETALHAMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO ENCONTRA-SE EM ANEXO).

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. A CONTRATANTE receberá definitivamente o objeto deste TR no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega no local indicado e após a verificação do atendimento às especificações ora apresentadas, com fiscal preposto da CONTRATANTE atestando a Nota Fiscal relacionada;
- 6.2. Se o objeto não estiver de acordo com a especificação ou demais condições constantes neste TR, a CBTU notificará o fornecedor para correção de inconsistências, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 6.3. O reparo de quaisquer danos ou avarias decorrentes da inadequação dos procedimentos adotados, ou outros quaisquer relacionados ao embarque, transporte ou desembarque do objeto e de seus componentes, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- 6.4. O prazo máximo para resolução de inconsistência proveniente do serviço prestado pela CONTRATADA será de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela CONTRATANTE.
- 6.5. A CONTRATADA será responsável pela contratação, movimentação, expedição e transporte do objeto e de seus componentes, em suas perfeitas condições operacionais, das suas instalações ou de seus subfornecedores até o local de entrega definido pela CONTRATANTE.

7. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO

- 7.1. A apresentação da proposta deve seguir o formato apresentado no Anexo “Modelo de Proposta de Preço”;
- 7.2. O critério de julgamento de proposta mais vantajosa será o de **Menor Preço Global** desde que atendidas às exigências técnicas do Edital sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das MEs, EPPs e MEIs previstas na Lei Complementar nº 123/2006. O valor estimado desta contratação é sigiloso, conforme art. 34 da Lei 13.303/2016 e art. 83 do RILC/CBTU.
- 7.3. O Regime de execução será Empreitada por Menor Preço Global.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. Em face do objeto a ser licitado a licitante deverá apresentar:
 - 8.1.1. A fim de assegurar a execução das atividades por empresas tecnicamente capacitadas, a Contratada deverá apresentar documentos que comprovem a capacidade técnica, para isto deverá apresentar:
- 8.2. Capacidade Técnica Operacional - Comprovação de aptidão para execução do objeto, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica de fornecimento, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor declarando ter o licitante executado em quantidade de pelo menos um equipamento com especificações similares (item 3.7 e item 3.8 deste TR) ou superiores a do material rodante considerado no objeto.

9. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO E COOPERATIVAS

- 9.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em **consórcio** por tratar-se de aquisição de bem comum para fornecimento de um item.
- 9.2. É vedada a subcontratação do objeto, admitindo-se, no entanto, a subcontratação para serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte, frete, etc.

- 9.3. A CONTRATADA é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados por empresa subcontratada e/ou consorciada, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.
- 9.4. Será admitida a participação de licitantes por meio de cooperativas.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 10.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:
- 10.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.
- 10.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;
- 10.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.
- 10.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 10.2.1. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.
- 10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.3.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.3.2. Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 10.3.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.

- 10.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.
- 10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 10.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 10.7. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 10.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 10.12. Será considerada extinta a garantia:



- 10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
- 10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
- 10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.13. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - 10.13.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - 10.13.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
 - 10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 10.14. Caberá à própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.
- 10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.
- 10.16. Garantia dos serviços:
 - 10.16.1. A CONTRATADA deverá contemplar rigorosamente a garantia dos serviços executados, nos termos e no prazo da garantia mínima legal pertinente, a contar do seu recebimento definitivo, conforme disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
 - 10.16.2. Os serviços de Garantia iniciarão a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços de Fornecimento, Montagem, Instalação e terão a vigência de 12 (doze) meses contra falhas de materiais, componentes, acessórios, fabricação, assim como peças de reposição e/ou sobressalentes eventualmente fornecidos.



- 10.16.3. Haverá uma garantia estendida de 60 (meses) a partir da data do encerramento dos primeiros 12(doze) meses essa garantia está limitada a disponibilidade para qualquer eventual problema no veículo, tendo como base a orientação técnica para resolução do problema que venha a ocorrer.
- 10.16.4. Fica perfeitamente acordado que, durante o período de garantia, a CONTRATADA se compromete a repor os materiais em perfeitas condições de uso, no menor prazo possível, para as aplicações que forem reconhecidamente defeituosas no seu todo ou em suas partes componentes, considerando ainda que todo material e mão-de-obra necessários ao cumprimento do exposto anteriormente ficarão a cargo da CONTRATADA.
- 10.16.5. A aceitação pela CBTU de qualquer material ou serviço não exime a CONTRATADA de plena responsabilidade de todas as garantias estabelecidas, sendo ainda (a garantia) independente de todo e qualquer resultado decorrente dos ensaios realizados.

11. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 11.1. As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:
- $R = PO[(I - IO)/IO]$ sendo:
- R= Valor do reajuste procurado;
- PO = Valor da medição a ser reajustada;
- I = IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) na época do reajuste;
- IO = IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no início da vigência do contrato.
- Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.
- 11.2. Não serão computados, para fins de reajustamento de preços, atrasos imputáveis à Contratada, prevalecendo como mês de execução dos serviços, o que for previsto no cronograma contratual, limitando dessa forma a aplicação do reajuste àquele mês;

- 11.3. As faturas correspondentes ao reajustamento deverão ser extraídas e processadas em separado da fatura do principal a fim de que o pagamento destas últimas não seja prejudicado, no caso de dúvidas sobre o reajuste.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 12.1. O prazo de execução será de **90 (dias) dias** após a data de assinatura da Ordem de Execução expedida pela CBTU.
- 12.2. A vigência do contrato abrangerá as etapas de aprovação e recebimento definitivo conforme previsto no RILC, totalizando **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** a partir da data de assinatura do Contrato.
- 12.3. O prazo previsto de vigência do Contrato poderá ser suspenso ou prorrogado em virtude de caso fortuito ou de força maior. Nestes casos, será comunicado o fato à CONTRATANTE por escrito, a qual, se aceitar suas razões, suspenderá ou prorrogará as obrigações contratuais, enquanto perdurem os motivos relevantes invocados e aceitos, atribuindo-se ao contrato, a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão dos serviços.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A CONTRATANTE nomeará prepostos (ao menos um gestor e um fiscal), que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato, à luz do instrumento contratual, tratando das pendências e levando-as às autoridades competentes para dirimi-las caso se faça necessário;
- 13.2. O Fiscal da CONTRATANTE deve informar ao Gestor sempre que constatada alguma irregularidade com a execução ou faturamento do objeto contratado, o qual (o gestor) fará as tratativas com o responsável da CONTRATADA para dirimir questões ou aplicar sanções, quando cabível;
- 13.3. A ausência ou omissão da Fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato;

- 13.4. As inspeções para verificação do objeto contratado, quando necessárias, deverão ocorrer com acordo prévio de datas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

14. MATRIZ DE RISCOS

- 14.1. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da Contratante e da Contratada na execução do contrato.
- 14.2. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo IV.
- 14.3. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é da Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- 14.4. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da Contratada;
- 14.5. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da Contratada.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 15.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade conforme abaixo:
- 15.2. ISO 14001:2015 - Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso - Embora não seja uma norma específica para concreto, a ISO 14001 estabelece requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental, ajudando as organizações a identificar e controlar seus impactos ambientais, incluindo aqueles associados à produção de concreto.
- 15.3. Lei Federal nº 6.938/81 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei estabelece princípios e diretrizes para o uso racional dos recursos naturais, a preservação e a recuperação da qualidade ambiental, entre outros aspectos.

- 15.4. Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais. Esta lei define crimes ambientais e suas penalidades, incluindo danos a áreas de preservação permanente, desmatamento ilegal, poluição hídrica, entre outros.
- 15.5. Lei nº 14.850/2024: Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar, definindo princípios, objetivos e instrumentos para a gestão da qualidade do ar no território nacional.
- 15.6. Resolução CONAMA nº 436/2011: Estabelece limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007.
- 15.7. Resolução CONAMA nº 382/2007: Estabelece limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
- 15.8. Lei nº 8.723/1993: Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores

16. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1. Considerando o Art. 89 do Regulamento Interno de Licitação, Contratação Direta, Contratos e Convênios da CBTU — RILC CBTU, conforme abaixo:
- 16.2. “Art. 89 Deverá ser verificada a existência de disponibilidade orçamentária, independentemente do valor do processo licitatório nos seguintes momentos: I – pela área demandante, antes da publicação do edital, com base no valor estimado; II – pela área de licitação, antes da homologação da licitação, com base no valor a ser contratado.”

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 17.2. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 17.3. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais e pelo Regulamento Interno de Licitações,

Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.

- 17.4. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes; o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 17.5. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 17.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 17.8. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

18. LISTA DE ANEXOS

- 18.1. ANEXO - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- 18.2. ANEXO - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- 18.3. ANEXO - MATRIZ DE RISCOS

19. ASSINATURAS

Brasília, 18 de Outubro de 2024.



Andre Correa Joia
Analista Técnico – Eng Civil
Adj DT - CBTU/AC

DIOGO ANTONIO DOS SANTOS
Gerente Geral – Estudos e Projetos
GAESP - CBTU/AC

DIOGO EMANOEL RIOS DE MORAIS
Coordenador Operacional – Implantação
COIMP - CBTU

VICTOR LUCAS TEODOSIO SABINO
Técnico Industrial - Mecânica
COIMP - CBTU